

SERGIO LESSA

NOTAS SOBRE O CENTRALISMO
DEMOCRÁTICO E A ORGANIZAÇÃO
QUE HOJE NECESSITAMOS



Diagramação: Fernanda Beltrão

Revisão: Sidney Wanderley

Capa: Ana Nascimento e Ranny Belo

Catálogo na Fonte Departamento de Tratamento
Técno Coletivo Veredas
Bibliotecária Responsável: Fernanda Lins de Lima – CRB
– 4/1717

L638n Lessa, Sergio.

Notas sobre o centralismo democrático e a organização
que hoje necessitamos / Sergio Lessa. – Maceió : Coletivo
Veredas, 2018.

37 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-92836-26-9.

1. Centralismo democrático. 2. Revolução. 3. Lenismo. I.
Título.

CDU: 316.423.3

Elaborada por Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>. Esta licença permite cópia (total ou parcial), distribuição, e ainda, que outros remixem, adaptem, e criem a partir deste trabalho, desde que atribuam o devido crédito ao autor(a) pela criação original.

1º Edição 2018

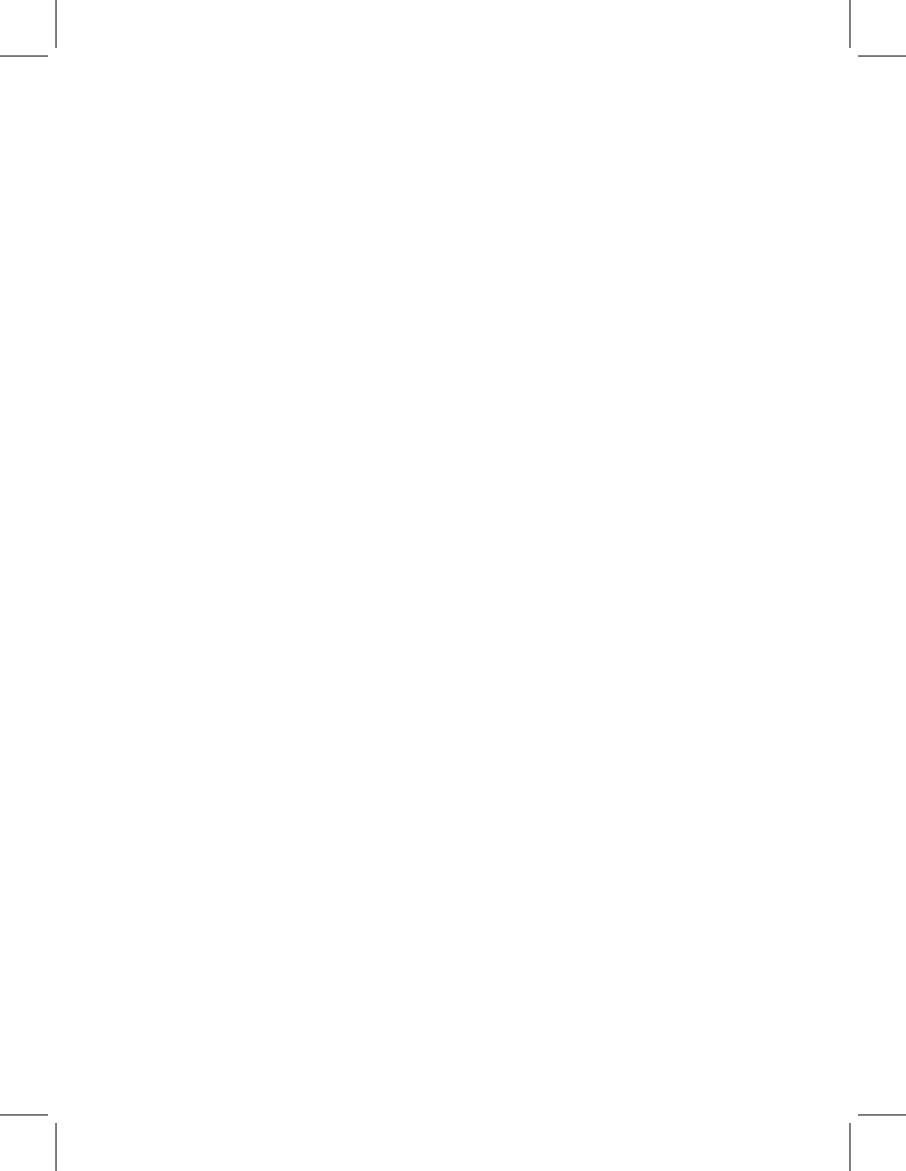
Coletivo Veredas

www.coletivoveredas.com

SERGIO LESSA

NOTAS SOBRE O CENTRALISMO
DEMOCRÁTICO E A ORGANIZAÇÃO
QUE HOJE NECESSITAMOS

1º Edição
Coletivo Veredas
Maceió 2018



NOTAS SOBRE O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO E A ORGANIZAÇÃO QUE HOJE NECESSITAMOS

No enfrentamento da questão de como deve ser uma organização revolucionária encontramos em geral, dois campos opostos

Temos os “leninistas” e os anti”leninistas”. De um lado, aqueles que afirmam o princípio “leninista” de partido (de quadros, disciplinado de cima abaixo, com a “teoria que vem de fora”, com células estanques etc.) e, de outro, aqueles que postulam o princípio de que um tal partido está na gênese e é o responsável pelo processo de burocratização e de derrota de todas as revoluções. Certamente, e não pretendemos negar esse fato, há muito mais na discussão dessa questão do que essas duas posturas tipicamente “leninista” ou “anti-leninista”. Tentarei argumentar que o principal problema destas duas posturas está em que tratam como princípio o que não é princípio. Como funestas consequências para a luta revolucionária.

Os “leninistas” e os “autonomistas”

O partido “leninista” seria a encarnação prática do princípio de que a “teoria revolucionária vem de fora da classe operária”, o que implica que ele é uma organização de quadros e não de massa, dirigido por um conjunto de revolucionários teoricamente bem formados e experimentados e que se rege pelo princípio do centralismo democrático. Enquanto tal, é um partido que se apresenta na luta de classes com uma postura única, dirigida tática e estrategicamente pelas resoluções de seus congressos e, entre a realização desses, pelas decisões de seus órgãos dirigentes. O militante “leninista”, aquele que é adequado a esses “princípios”, possui, também “por princípio”, entre suas qualidades principais, a de ser capaz de obedecer as resoluções dos órgãos de direção e de leva-las à prática, mesmo quando delas discorda. O militante é disciplinado não porque “discipline” sua vida pelas tarefas postas a ele pela história, mas porque segue acriticamente as decisões vindas dos órgãos superiores.

Esses princípios todos, diz-se, seriam a sistematização de vários textos de Lenin, desde o “Que fazer?”, escrito em 1903, até escritos posteriores, como o “Esquerdismo, doença infantil do comunismo” (1921) ou os vários textos escritos no contexto da preparação do X Congresso do PC russo de 1921. E, ainda que exceções possam e devam ser reconhecidas, não seria um exagero dizer que um vasto campo político con-

verge na concordância do até aqui exposto: os trotsquistas, os maoístas, os stalinistas; no Brasil, o PCR, o PC do B, o PCB, o PSTU, o PCO, várias correntes no interior do PSOL, organizações menores mas numerosos de caráter local e assim por diante.

O que há de comum a todas essas organizações é a concepção de que a questão da organização dos revolucionários tem uma única e mesma solução para todas as conjunturas e injunções de luta dos revolucionários. Por isso, em que pesem as por vezes enormes diferenças nas suas táticas e estratégias, em suas concepções do que seria o socialismo e o comunismo, em como avaliam o papel do Estado, do mercado e da família monogâmica e, mesmo, no que concebem como “virtudes” do revolucionário e de sua moral – em que pesem essas enormes diferenças teóricas e práticas, quando se trata da questão da organização a concordância de “princípios” é quase completa.

Essa afirmação rígida, que carece de história – e, por isso, idealisticamente considerada de “princípio” – conduz a um outro aspecto comum na vida dessas organizações. Grande parte das grandes divergências políticas são encaminhadas e resolvidas ao redor da questão da disciplina partidária. Os que são a favor, digamos, da Tese 1 são acusados de violarem os “princípios” do “centralismo democrático” ao não acatarem as resoluções dos órgãos superiores (resoluções formal e estatutariamente sempre “irretocáveis”) e, os partidários da Tese 2 são acusados de centralizarem

autoritariamente a discussão e o debate e de resolver burocraticamente uma questão essencialmente política. Não é mero acaso que, na vida de todas dessas organizações (a maior parte delas oriundas da III Internacional e, por isso, presentes em todos os continentes), as questões essencialmente burocráticas tendam a se sobrepor sobre as questões políticas e ideológicas e, como resultado, os debates são resolvidos pela conquista de uma maioria de votos nesta ou naquela reunião, nesse ou naquele congresso – e não no processo real de luta de classes.

Também não é mero acaso que, na vida de tais organizações, a militância se reduza a um praticismo incapaz de autocritica e, o militante, de um revolucionário questionador de tudo (pois o revolucionário é, por natureza essencial, um questionador de tudo, um inconformado) em um burocrata de aparelho, um *aparatchick* no jargão dos velhos comunistas. (Tratamos disso no texto, já antigo e que merece várias modificações, “Crítica ao praticismo revolucionário”, de 1984).

Esse é o campo de concepção típico dos “leninistas” de nossos dias. A ele se contrapõe o campo difusamente “autonomista” ou “anti-leninista”.

Os “autonomistas”

Os “autonomistas” também trabalham com “princípios”. Para eles, a centralização e concentração

políticas decorrentes de que a “teoria revolucionária” vem “de fora” da classe operária seriam as principais causas da derrocada das experiências revolucionárias do século 20. Todas as vezes que um partido “leninista” conduziu uma revolução, a mesma foi derrotada. E isso valeria para todas as revoluções do século 20. A falta de democracia na concepção do partido levaria a um Estado autoritário que massacraria a criatividade, a iniciativa, a revolucionária espontaneidade das massas e, com isso, conduziria a um Estado burocratizado e castrador do movimento revolucionário: todas as revoluções, argumentam, não demonstrariam a veracidade desse raciocínio?

Ser lógico e internamente coerente não faz de um raciocínio algo verdadeiro! Os problemas dessa tese se evidenciam muito rapidamente.

Em primeiro lugar, a organização revolucionária, segundo eles, deveria ser a corporificação dessa lição histórica: o movimento dirige-se a si mesmo, o andar da luta de classes cria os seus órgãos próprios de direção, a relação do partido com o movimento de massas deve buscar uma identidade. Bem pesadas as coisas, no limite nega-se a necessidade histórica do partido, adota-se uma postura de idolatria das teorizações que vem “das massas” e, na prática, converte-se em um basismo incapaz de uma direção política revolucionária. Quando se organizam, dão origem a associações frouxas, incapazes de uma direção política revolucionária e o democratismo de seu funcionamento

impede uma direção adequada. Uma organização na qual um militante sem experiência tem o mesmo poder de decisão de um revolucionário experimentado tanto não é capaz de ir além do senso comum da vida alienada pelo capital quanto não é capaz de resistir à repressão estatal.

O militante “autonomista”, aparentemente, é em tudo oposto ao militante disciplinado do campo “leninista”: seu individualismo é marcante, sua personalidade e sua atividade estão presas no campo mais imediato da vida cotidiana. O indivíduo está acima da organização, afirmam, como se a questão complexa da relação do indivíduo ao coletivo revolucionário pudesse ser colocado no campo da contraposição entre a vida privada e a vida social (*bourgeois* versus *citoyen*, na formulação clássica de Marx) típica da vida burguesa. Contudo, bem pesadas as coisas, é um praticista e um reprodutor ampliado da ignorância dos revolucionários tal como o *aparatchik* dos “leninistas”.

Quando colocada nestes termos “leninistas” ou “autonomistas”, a questão da organização não pode ser encaminhada nem teoricamente nem na prática: vira uma questão de fé, um problema quase religioso. E, o mais grave de tudo, não contribuiu para o avanço dos debates nem possibilita uma crítica-e-autocrítica que leve os revolucionários a aprenderem com a história – pois, imediata e diretamente, se recusam a aprender com a riquíssima experiência das revoluções, como argumentaremos logo abaixo.

Infelizmente, isso não é tudo!

Não bastasse essa impossibilidade de tirar lições da história, o problema é ainda potencializado por ser o resultado e a consequência ideológica do mais longo período contrarrevolucionário da história da humanidade, o período histórico que hoje vivemos.

A última revolução que abalou o capital em escala planetária foi a Chinesa, que terminou em 1949. Ainda que uma revolução camponesa e não proletária, o tamanho da China, sua importância para o Imperialismo, a escala de sua população etc. possibilitaram à Revolução Chinesa exercer um profundo impacto no sistema do capital. Depois da vitória dos camponeses chineses, as revoluções se tornaram mais escassas e com menor impacto no cenário mundial. Vieram as revoluções na Coreia (1950-53), no Vietnã (1926-75), na Argélia (1954-62), depois a independência das colônias portuguesas na África (1975) na sequência da Revolução dos Cravos em Portugal, depois o Irã (1978-9) e a Nicarágua (1978): todos esses eventos históricos são antes lutas de libertação nacional que revoluções socialistas e, no caso de Portugal, um movimento antiditatorial e não uma revolução contra o capital (ainda que tenha episódios de claro enfrentamento de trabalhadores e proletários com os proprietários privados). E mesmo uma vitória tão importante como a dos vietnamitas sobre os estadunidenses, um

dos marcos do início da crise estrutural do capital, não teve o efeito nem o impacto das revoluções passadas. Após 1978-9, as revoluções desapareceram da vida cotidiana.

Se compararmos, os mais de 60 anos que se passaram de 1949 até agora, com o período histórico imediatamente anterior, um aspecto salta à vista: entre 1905, o ensaio russo, e 1949, a entrada do Exército Vermelho em Pequim, tivemos o período revolucionário mais intenso e mais extenso de toda a história da humanidade – de 1949 aos nossos dias, pelo contrário, vivemos o mais prolongado período da história sem uma revolução de importância planetária. Estamos vivendo, nesses dias, a primeira geração da humanidade que, desde o final da Revolução Francesa em 1815, não vivencia um levante revolucionário digno do nome. Nesse sentido, apesar do esgotamento estrutural do capital e das contradições cada vez mais aguçadas que isso gera, vivemos o período contrarrevolucionário mais extenso que a humanidade jamais conheceu. Nunca, por tantos anos, a vitória do capital sobre os trabalhadores e proletários foi tão profunda e tão extensa no tempo, nunca antes a humanidade viveu tanto tempo administrando as contradições que o capitalismo gera no sentido mais favorável ao capital.

Isso tem um forte impacto sobre a questão da organização. Pois, sem uma base social que sustente a política revolucionária, a práxis revolucionária não

se converte em uma atuação reformista apenas ao enorme custo de:

1) manter claro e nítido os princípios estratégicos mais gerais que decorrem da concepção de mundo marxiana (a defesa de uma plataforma estratégica que se proponha a superar a propriedade privada, o Estado, a família monogâmica e as classes sociais etc.) e,

2) recusar todos atalhos que aparentemente conduziriam à revolução por meio da atuação via parlamento, sindicatos, partidos eleitoreiros e assim por diante; de recusar os fortes apelos da vida cotidiana de se ficar “onde a massa está”.

Sem a presença da revolução na ordem do dia, com décadas de história afirmando a vitória do capital contra o proletariado, é inevitável que os comunistas fiquem isolados e tenham que sobreviver sob intenso cerco ideológico e político -- quando não de perseguição política escancarada e sob as torturas mais terríveis. Nesse contexto, com muita frequência e de modo compreensível, a questão da disciplina se intensifica e as questões burocráticas ganham em dimensão e intensidade. Sem uma luta de classes mais intensa a indicar os rumos da luta, as divergências naturais e inevitáveis entre os revolucionários tendem a ganhar uma dimensão maior do que o seu real peso histórico; sem uma bússola social para nos dar o norte, ficamos todos, de algum modo, como que atordoados na condução da luta.

E seria uma surpresa histórica se assim não fosse

Tal como tudo na vida humana é determinado historicamente, também a questão da organização entre os revolucionários sofre o impacto das determinações históricas do presente. No nosso caso, os anos de contrarrevolução e a ausência do proletariado na luta de classe aberta e direta contra o capital intensificaram – ao custo de reduzir o peso das questões políticas e ideológicas -- a importância da disciplina e do controle burocrático na sobrevivência das organizações revolucionárias.

É nesse contexto, com ao menos essas determinações históricas mais gerais, que os “princípios” da organização ganharam um acento metafísico e a-histórico: quando, na maior parte, fala-se de princípios leninistas da organização, encara-se tais “princípios” como verdades como que baixadas por Moisés da Montanha. O mesmo para as críticas “autonomistas” aos “princípios” leninistas: estes são tratados fora da história, como se fossem categorias metafísicas ancoradas na eternidade imutável dos “princípios”, Seriam verdades incontestáveis, válidas para todo o sempre e para todas as circunstâncias históricas.

Nossos “leninistas” e “autonomistas” estão a anos luz de distância de Lenin, Rosa Luxemburgo ou de Marx: são fundamentalmente idealistas e metafísicos justamente o oposto do que Marx, Engels e Rosa

e Lenin fizeram a vida toda. Perdeu-se por completo que os “princípios” só são princípios quando forem sistematização do que ocorreu na história, se forem reflexos, na consciência, do processo histórico real. E que são revogáveis sempre que a história trouxer novos fatos que os revoguem.

Nesse sentido, e dessa perspectiva, tentemos colocar as coisas sob uma outra ótica. Coloquemos aqui, ainda que brevemente, a história.

Lenin e “O que fazer?”

“O que fazer?” é um dos textos mais atuais e imprescindíveis aos revolucionários dos nossos dias. É a melhor e mais completa sistematização da experiência revolucionária relativa à organização desde os anos da Revolução Francesa até 1903, associada a uma rica análise do que era a militância sob o czarismo. O texto é muito claro, pequeno e de fácil acesso: não há necessidade em resumir-lo aqui. Basta apontar suas conclusões mais importantes:

1) o movimento espontâneo das massas trabalhadoras contra o patronato não é capaz de se converter, por si própria, em uma luta de classe dos proletários e trabalhadores contra a totalidade do capital. O “economicismo” das lutas espontâneas se esgota nele próprio e não conduz à luta revolucionária. Por isso a necessidade de um partido revolucionário: levar às massas a teoria revolucionária de tal modo a conver-

ter as lutas locais e economicistas em lutas universais e revolucionárias e, ao assim fazer, também elevar o militante local, sindical, em um militante revolucionário com um horizonte planetário. De “burocrata sindical” em um “tribuno do povo”, como se referia Lenin.

Esse “princípio” de Lenin não é um “princípio”, no sentido de que ele decidiu que assim seria ou que corresponderia à sua preferência pessoal. Ao contrário, é uma constatação, uma sistematização, de toda a história das revoluções precedentes. Desde o final da Revolução Francesa (a Conspiração dos Iguais), passando por 1848, até a Comuna, as concepções anarquistas, espontaneístas, economicistas etc. demonstraram os seus limites históricos e sua inerente incapacidade para elevar as lutas para o patamar do confronto com o sistema do capital como um todo.

Mais, ainda: todas as revoluções posteriores, com uma única exceção, a Revolução Mexicana (que comentaremos a seguir) foram conduzidas por partidos e são uma clara indicação de que, sem partidos, não há tomada de poder pelos revolucionários – por mais extenso e intenso que seja o movimento revolucionário. A única revolução, que eu me recorde, que se desdobrou inteiramente seu partido foi a Mexicana, de 1910 a 1920: os camponeses derrubaram do poder os representantes das classes dominantes, Villa e Zapata tomaram o Palácio do Governo na Cidade do México e, contudo, entregaram novamente o poder às

classes dominantes pois não tinham – nem poderiam ter, dadas as características do campesinato mexicano e sua forma de luta – uma organização política capaz de substituir no poder os burgueses e latifundiários.

Além disso, se considerarmos todos os grandes movimentos de camponeses, trabalhadores e proletários, a incapacidade de gerarem uma teoria revolucionária por si próprios é uma evidência. Tomemos, por exemplo, o movimento anarquista, a maior, mais importante e mais extensa vertente do movimento dos trabalhadores não patrocinado pelo Estado. Os anarquistas, no século 20, apenas foram menos “planetários” que os stalinistas, financiados com as verbas de Moscou, na etapa já final de III Internacional. Pois bem, por mais importante que tenha sido o movimento anarquista, jamais, em caso algum, foi capaz de produzir uma teoria revolucionária digna do nome. Sua produção teórica é medíocre, marcada por um ecletismo que justapõe teses burguesas, próximas aos positivistas, a outras teses igualmente burguesas ou pequeno-burguesas do antigo socialismo utópico ou, mesmo, das teorizações contemporâneas da academia burguesa. Mais frequente do que raro, suas teorias são permeadas por um individualismo mais próximo a Kant do que, mesmo, a Hegel. Sua compreensão da relação entre economia e a totalidade social é, quase sempre, pueril. E assim por diante.

É, como contraprova não menos importante, todos os grandes movimentos de massa, proletários in-

clusive, sem a atuação de um partido que lhes leve “de fora”, a teoria revolucionária, terminaram, pela mediação de um radical reformismo que logo revela sua verdadeira face ao se adequar à ordem burguesa, em partidos burgueses, institucionais e eleitoreiros. Suas escolas de formação, suas revistas e jornais, seus teóricos e seus ideólogos produziram a teoria reformista necessária, a cada momento, para o próximo passo em direção ao “patronato”. Vejamos o caso do forte e pujante sindicalismo inglês, que teve no seu nascedouro o Movimento Cartista na primeira metade do século 19, seguido pela trajetória do Partido Trabalhista Inglês que terminou nos braços do neoliberalismo no final do século 20; ou a trajetória do sindicalismo francês de esquerda que, já quando da greve de 1936, inicia sua trajetória para o seio da burguesia; ou, se quiserem, a decadência até a putrefação do MST, do PT e da CUT em nosso país. Desconheço qualquer exceção.

Que o movimento de massas, por si próprio, não é capaz de se converter em um movimento revolucionário nem que, sem um partido revolucionário, o militante sindical pode se elevar de um “burocrata” em um “tribuno”, não é uma lição menor da história do que a lição de que essa tarefa histórica não pode ser cumprida por um partido stalinista, disciplinado, rigidamente hierarquizado de cima abaixo, em cujo discurso o centralismo democrático se converteu em centralismo autocrático. Em um aparente paradoxo, o

mesmo fenômeno ocorre nos movimentos sindicais e populares em sua trajetória para o seio da burguesia.

Quanto mais adequados à ordem, mais autocráticos vão se convertendo. O paradoxo é apenas aparente porque, tanto entre os stalinistas quanto entre os reformistas de ontem, lugares-tenentes da burguesia de hoje, a organização deixou de ser uma questão de democratizar a discussão sobre as grandes questões teóricas e ideológicas – além de ser órgão de auto-proteção dos revolucionários ante a repressão – para se converter em instrumento de controle sobre a militância e em órgãos de colaboração com a repressão burguesa.

Se há uma lição histórica que é confirmada em cada levante revolucionário, é que a teoria revolucionária “vem de fora do movimento”, e esta é uma das razões pelas quais um partido é fundamental para que o movimento revolucionário seja capaz de tomar o poder e iniciar a destruição da velha ordem (do Estado, da propriedade privada, da família monogâmica etc.)

Do ponto de vista mais geral, a tese de que a “teoria vem de fora” não é um princípio abstrato, formulado na cabeça de alguns geniais revolucionários. Pelo contrário! Quem primeiro identificou esse fenômeno não foi Lenin, mas Karl Kautsky, já no século 19; Lenin apenas levou avante uma constatação que a história do movimento revolucionário já evidenciava naqueles anos e continuou a evidenciar em todos os

casos até o presente. Do ponto de vista do método, portanto, os princípios apenas são, de fato, princípios, quando correspondem à sistematização da experiência histórica, quando brotam, não da nossa imaginação ou do nosso desejo, mas quando brotam da história. Esse é o caso das teses de Lenin de que a teoria vem de fora, de que sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário e de que sem partido revolucionário não há tomada de poder pelos revolucionários. A necessidade de um partido não atado ao economicismo da luta espontânea das massas – daí um partido de quadros – é uma lição de todas as revoluções até o presente.

Portanto, a tese de que a “teoria vem de fora”, de que “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário” não é uma invenção de Lenin, mas uma lição da história. Não é um “princípio” a-histórico: exatamente o contrário.

2) A segunda importante conclusão de “O que fazer?” é a questão da compartimentalização: a organização em células e organismo dirigentes com uma estrutura estanque. Em “O que fazer?”, a necessidade de uma organização clandestina, que preserve um organização, tinha que ser estanque para cumprir duas funções decisivas. A primeira: possibilitar que o partido fosse capaz de resistir e sobreviver à repressão czarista. Não é preciso argumentar que uma organização em que todos conhecem todos e todos sabem o que todos fazem é uma fácil presa da repressão.

A segunda função era possibilitar uma democratização da discussão teórica e política entre os revolucionários. Naquela quadra histórica da Rússia czarista, a maior parte das discussões políticas e teóricas tinham lugar entre os exilados russos na Europa (como era o caso de Lenin, Trotsky, Martov e tantos outros). Para que essa discussão chegasse aos militantes na Rússia e, assim, possibilitasse que nela intervissem, era preciso uma organização que sobrevivesse à repressão e que fosse capaz de distribuir no interior do Império Czarista um jornal revolucionário. Uma organização estanque, com um hierarquia centralizada era condição imprescindível... para democratizar as discussões e debates políticos e teóricos que orientavam a política revolucionária, para tornar possível ao militante de base da organização ter acesso às discussões e elaborações teórica que ocorria no exterior entre os “dirigentes”.

Em um país, então, como a Alemanha (o exemplo é de Lenin, no mesmo “O que fazer?”), com um movimento operário largamente legalizado e institucionalizado, não havia a necessidade de uma organização assim estanque e centralizada, pois as necessidades para a sobrevivência à repressão eram outras. Mas, na Rússia daquele época, sem um partido centralizado, clandestino, estanque, não era possível divulgar entre os militantes os debates teóricos e políticos que aconteciam entre os dirigentes revolucionários no exílio. A organização estanque e centralizada era, então, meio

imprescindível para a maior participação dos militantes nas decisões mais importantes da luta revolucionária. Para, no processo de uma tal participação dos militantes, ser possível a constituição de um partido de revolucionários na Rússia.

Mas isso não permaneceria sempre assim, como veremos imediatamente a seguir.

1917, centralismo e revolução

O estudo do ano de 1917 é dos mais ricos para nos mostrar o que Lenin – além de Trotsky, Radek, Kamenev, Zinoviev, Stalin, Lunatcharsky, Antonov-Ovsenko, Kolontai, Clara Zetkin, Smilga, Bukharin, Preobraschensky etc e etc. – pensavam da necessidade de um partido de quadros, que “de fora” trouxesse a teoria e a direção revolucionárias ao movimento de massa, da forma estanque de organização e da disciplina partidária.

A Revolução de Fevereiro, como todo levante revolucionário, tem início de forma imprevista e imprevisível: a manifestação contra a fome das trabalhadoras de algumas poucas fábricas em Petrogrado evolui, em dias, para uma insurreição que funda sua própria direção (o Soviet) e derruba o Czar. Depois de alguns eventos, assume o governo algumas forças políticas anticzaristas mas acessórias do poder dos grandes burgueses, latifundiários e do capital estrangeiro, notadamente francês. Toda a esquerda, inclusi-

ve os bolcheviques, adotam a estratégia de consolidar o novo governo, que logo terá à sua frente Kerensky, para evitar o retorno das forças políticas retrógradas representadas pelo czarismo. O conflito entre o novo governo e o Soviet se estabelece quase imediatamente: os soldados não concordam em obedecer aos antigos oficiais, os trabalhadores querem o controle das fábricas, os camponeses querem a reforma agrária. Os bolcheviques e demais revolucionários (exceto alguns anarquistas), nas semanas iniciais, tomam o lado do governo contra o movimento de massas! Avaliavam ser preciso evitar, através de uma frente única com os setores “democráticos” da burguesia e da pequena-burguesia, o retorno ao poder dos monarquistas. A famosa estratégia do “menos pior”.

Em abril Lenin chega da Suíça onde estava exilado, em Petrogrado. Já na estação de trem, a “Estação Finlândia”, faz o seu famoso discurso: Abaixo o governo provisório, todo o poder aos soviets! A direção bolchevique avalia que Lenin estava fora do país e não conhecia bem a realidade. Reprova publicamente sua oposição ao governo provisório. No jornal do partido, agora público, manifestam seu apoio, enquanto partido e direção, ao governo e à política de frente com os setores “democráticos” – de fato e verdadeiramente, forças auxiliares da reação ao enfraquecerem o movimento dos soldados, operários e camponeses contra a ordem.

Lenin ignora a direção do partido, vai para as base,

promove uma conferência, a famosa Conferência de Abril em que lidera uma “insurreição” contra a direção e realiza uma virada de 180 graus na estratégia bolchevique.

Em junho, o movimento é oposto

Uma explosão espontânea dos soldados e trabalhadores ante as políticas reacionárias do governo provisório, já, agora, com Kerensky à frente, se dirige ao Palácio do Inverno para derrubar o governo. Trotsky (que então se aproximava e já atuava conjuntamente com os bolcheviques) e Lenin advogam que atuem para evitar a queda do governo Kerensky, avaliando que os camponeses ainda não estavam ganhos para a revolução e, um governo revolucionário, naquele momento, seria facilmente esmagado pelos monarquistas com o apoio do campesinato. Não foram poucos os militantes bolcheviques que, então, rasgaram suas carteirinhas e abandonaram o partido acusando seus dirigentes, Lenin e Trotsky entre eles, de vacilarem na hora decisiva da tomada do poder!

Em setembro-outubro, a situação volta a ser semelhante a de abril. Lenin, escondido na Finlândia para não ser assassinado, avaliava que se deve tomar o poder imediatamente e envia, ao comitê central bolchevique, suas famosas “Cartas de longe”. Tomada imediata do poder!

O comitê central está dividido: a metade, lidera-

da por Kamenev e Zinoviev, é contra a tomada do poder, com o argumento – que a história demonstraria ser verdadeiro – de que a revolução na Europa ainda não estava madura e que, por isso, -- o que a história demonstrou não ser o caso -- o governo revolucionário seria massacrado pela reação, tal como fora a Comuna de Paris. Lenin, Trotsky (cujo grupo em setembro de 1917 entra formalmente no partido bolchevique), Kolontai etc. advogam o oposto. Isto é, que o fim da I Guerra Mundial levará a uma explosão revolucionária na Europa e que os bolcheviques deveriam tomar o poder porque serviria de fâisca para incendiar o levante revolucionário dos trabalhadores e operários europeus.

Em poucos dias cada facção do comitê central encaminha políticas inteiramente diversas. Trotsky e vários outros, no Comitê Militar Revolucionário, órgão do Soviet de Petrogrado, tomam as medidas necessárias, muitas delas secretas, clandestinas, para a tomada do poder. Kamenev e Zinoviev denunciam em público, numa sessão do Soviet, a política “golpista” dessa ala do partido e Trotsky é obrigado a comparecer na sessão do Soviet para negar a denúncia de seu camarada de partido. Argumenta ele que estavam tomando as medidas imprescindíveis para a proteção frente à contrarrevolução e nega que estejam preparando a tomada do poder!! Lenin fica furioso, acusa Kamenev e Zinoviev de “fura greves” e entra em

contato com vários dirigentes intermediários do partido para pressionarem o comitê central para tomar o poder.

Dias depois, quando finalmente toma-se o poder, Kamenev e Zinoviev são colocados como membros do “comissariado do povo”, de fato são ministros do novo governo! E Lenin nunca levantou contra eles a pecha de “fura greves” nos anos vindouros. Para os nossos “leninistas”, essa indisciplina deveria ser punida, ao menos, em duas ocasiões, com a expulsão do partido: quanto Lenin divulga para os militantes intermediários a disputa interna no comitê central e quando Zinoviev e Kamenev denunciam publicamente a estratégia de tomada do poder pela maioria do Comitê Central. Não, todavia, para Lenin e para a direção bolchevique em novembro de 1917!

Percebam como, na prática, funcionava a concepção leninista de partido: o partido é a organização necessária para cumprir as tarefas revolucionárias do dia. Quando, sob o czarismo, era necessária uma organização clandestina, estanque para resistir à repressão, centralizada para poder fundar e distribuir um jornal para que os militantes se informassem e pudessem participar dos debates teóricos e decisões políticas do partido, assim deveria ser organizado o partido.

Em 1917, no contexto da insurreição, o partido se tornou público, não tem sentido mais ser um partido estanque, centralizado como no período histórico anterior. Os debates agora se dão abertamente: Lenin vai

às bases para reverter a posição dominante na direção bolchevique. Nada de disciplina no sentido stalinista: o da cega obediência às decisões dos órgãos superiores!

Em junho, para conter uma tomada prematura do poder pela revolução, a direção impõem às bases do partido em Petrogrado a defesa do governo provisório, e perde vários de seus militantes e parte de seu prestígio entre as massas.

Em outubro, uma nova reversão: Lenin ameaça jogar o partido contra o comitê central (e dá os primeiros passos para isso) se esse não tomasse o poder imediatamente e, Trotsky narra, a pressão das camadas intermediárias, incendiadas por Lenin, teve efeito na virada do comitê central em favor da tomada do poder. Ainda, nesse momento, as medidas insurrecionais, militares e políticas, para se tomar o poder, não poderiam ser todas públicas. O partido bolchevique então, sob a liderança decisiva de Trotsky, no Comitê Militar Revolucionário, leva avante medidas clandestinas, secretas, revivendo em parte e sob nova modalidade a clandestinidade na luta política.

Em meados de 1918 tem início a Guerra Civil. A contrarrevolução, as velhas forças monarquistas, apoiadas por 17 países capitalistas (Estados Unidos, França e Inglaterra inclusive), se aliam para um gigantesca ofensiva contra o governo revolucionário. A partir de então, até março de 1921, dois processos paralelos se complementam.

Por um lado, a derrota da Revolução na Alemanha

(cujos últimos estertores ocorrem em 1922) deixa isolado, sem qualquer apoio do proletariado dos países capitalistas mais avançados, o governo bolchevique.

Por outro lado, a vitória dos bolcheviques na Guerra Civil apenas foi possível a um preço altíssimo. A morte em combate da parcela mais combativa e à esquerda do proletariado, uma crise econômica que paralisa a economia urbana e faz com que parte muito importante do proletariado volte ao campo para ter o que comer (um “êxodo urbano”), a aliança com setores importantes do velho Estado czaristas (os oficiais do velho exército são incorporados como oficiais no novo Exército Vermelho, o sistema educacional é remontado com o auxílio e participação da antiga escola que ensinava que o Czar era o “paizinho” dos camponeses, a polícia secreta revolucionária é organizada, com Dzerzinky, um provado militante bolchevique, à testa, a partir dos arquivos e policiais da velha Okrana, o órgão de repressão política da monarquia etc.) E, para tornar-se uma situação ruim ainda pior, na medida em que a contrarrevolução vai sendo derrotada, uma enorme quantidade de aproveitadores e contrarrevolucionários se bandeiam para o lado bolchevique e entram no partido com autocríticas e juras de lealdade ao ideário comunista! E não há como se evitar esse processo naquelas circunstâncias em que todo apoio, por mais hipócrita, era imprescindível.

Esse foi o período do Comunismo de Guerra: centralizou-se o poder no governo e no partido como

medidas emergenciais e provisórias imprescindíveis para manter o poder revolucionário. Eram medidas provisórias, avaliava-se, porque a revolução europeia logo possibilitaria à revolução russa passar da defensiva à ofensiva, mera questão de pouco tempo. O poder dos Soviets, dos trabalhadores nas fábricas, dos soldados e marinheiros nas forças armadas, foi sendo substituído pelo poder do governo e do partido – para se enfrentar os desafios políticos imediatos. A disciplina, no sentido de capacidade para acatar as ordens dos órgãos superiores, ganha um importância que não tinha nem em 1903, quando da redação por Lenin de “O que fazer?”, nem quando de 1917. O controle dos marinheiros e soldados sobre seus oficiais foi revertido, as ordens agora vinha dos antigos oficiais czaristas (vigiados pelo partido, através dos comissários políticos), as ordens do governo deveriam ser imediatamente cumpridas etc. Isso era imprescindível à vitória revolucionária, mas o preço era, evidentemente alto – e isso era reconhecido em alto e bom som pelos bolcheviques no poder. Tratava-se de um recuo provisório até que a derrota da contrarrevolução e a vitória que logo viria do proletariado europeu levasse a um novo quadro político.

O X Congresso do PSd(b)R

No X Congresso do PSd(b)R (Partido Social Democrata (bolchevique) da Rússia), em março de 1921,

a então a difícil situação da revolução na Alemanha (que se converteria em derrota no ano seguinte) torna necessário prolongar as medidas provisórias dos anos seguintes. Além disso, era imprescindível um novo recuo, agora no campo econômico: a reorganização econômica não poderia ter lugar, naquelas circunstâncias, sem abrir-se espaço às relações capitalistas de produção.

Lenin, em nome do partido bolchevique, oferece garantias para a entrada de fábricas capitalistas estrangeiros no solo russo, permite-se que no campo e nas cidades renasça a produção sob a forma da propriedade privada dos meios de produção, etc. A Nova Política Econômica (a NEP) significava que os operários teriam, agora, que obedecer aos seus empregadores, que os trabalhadores deveria obedecer aos seus patrões, que os soldados e marinheiros deveriam se curvar ante ao novo oficialato agora com ares bolcheviques, que o velho Estado czarista renasceria em vários aspectos decisivos, e os trabalhadores e operários que há poucos anos se levantaram contra o Levitã czarista deveriam aceitar a nova ordem.

Houve reação no interior do partido, nos soviets e nas forças armadas. A Oposição Operária, cujo nome mais conhecido era o de Kolontai, se opõe a essas medidas e propõe o retorno do poder ao soviets e, no partido, às suas bases. Os debates esquentam e Lenin lidera a posição de que a centralização era imprescindível. Trotsky defende a que os sindicatos deveriam

ser correias de transmissão das decisões do partido aos trabalhadores. A Oposição Operária se organiza em uma facção nacional.

O X Congresso resolveria a questão

Não havia possibilidade de a Oposição Operária obter maioria – pela sensata razão de que, naquelas circunstâncias, de fato a centralização era a única alternativa à manutenção dos bolcheviques no poder (lembramos, até que a revolução europeia “mostrasse aos trabalhadores russos como se faz o socialismo”). Mesmo assim, houve muitas denúncias de que a política secreta, sob o comando de Dzerzinski, prendeu militantes da Oposição Operária, forçou reeleições de delegados ao congresso onde a Oposição fora vitoriosa e, quando ficou claro que o X Congresso aprofundaria o recuo e a centralização, os marinheiros de Kronstadt se revoltam. Seu Pravda (o jornal de Kronstadt) deixa claro seus objetivos: o retorno do poder aos trabalhadores e soldados.

Os marinheiros de Kronstadt ficam sozinhos

O X Congresso é suspenso e todos os participantes, até mesmo os membros da Oposição Operária, pegam em armas participam de seu massacre. Na retomada dos trabalhos do Congresso, redigida por Lenin, adota-se a resolução sobre a organização partidária que estabelece que todo membro do partido,

sob pena de expulsão, em caso de divergência com a direção, não poderia se comunicar com seus camaradas. Ao contrário, deveria privadamente manifestar suas “incompreensões” para com seu dirigente imediato, que as transmitiria as instâncias superiores. A famosa proibição da frações torna-se um, se me permitem, “princípio” e, na medida em que a revolução europeia não ocorre e que a NEP evolui para os planos quinquenais, a transição para o stalinismo estava aberta. Na economia, pela reorganização das relações de produção nos marcos do capital; no partido, pelo centralismo autocrático substituindo o flexível centralismo democrático do passado.

Espero que esse brevíssimo e incompleto esboço histórico do essencial do que ocorreu na política de organização do partido de Lenin desde 1903 até o início dos anos de 1920 nos possibilite uma constatação. Se há uma regra geral da atuação de Lenin nesse particular é essa: a flexibilidade necessária para adequar o partido às tarefas imediatas, do dia a dia. Não se pode encontrar, nos clássicos do marxismo, nenhum átomo do “princípio” a-histórico, metafísico, de organização tanto dos “leninistas” quanto dos “autonomistas” do início do nosso texto. Mesmo as resoluções do X Congresso eram tidas por provisórias e pontuais, para serem revertidas quando de um novo ascendo da revolução na Europa.

Com o stalinismo, a flexibilidade imprescindível

da organização capaz de travar a luta de classe contra o capital, capaz de se moldar às injunções da conjuntura, é abandonada e, em seu lugar é posto um modelo universal e fixo de organização. Da dialética da história à metafísica, no plano teórico; no plano prático, de um coletivo de revolucionários contra o capital a um instrumento político a serviço do comitê central e, neste, de seu secretário geral. Os fatos históricos que fizeram a mediação dessa transição são narrados, com algum detalhe, por Fernando Claudin em seu importante *A crise do movimento comunista* (Expressão Popular), uma leitura imprescindível em nossos dias.

O que isso tem a ver com nossos dias?

Como diria Patativa do Assaré, “muito pouco e quase tudo”. Por um lado, isso tudo nos serve de forte indicação de que, não apenas em Lenin, o partido é um instrumento da luta política e não a razão da existência do revolucionário. Enquanto instrumento, ele deve ser o adequado às necessidades imediatas de luta e, para isso, não deve contar com “princípios” como os dos “leninistas” e dos “autonomistas” (tal como caracterizados no início desse texto) – que são, antes que princípios, imperativos categóricos metafísicos e idealistas. O partido não é um fim em si, apenas um meio, uma ferramenta, um instrumento.

Por outro lado, isso tudo é uma forte indicação do equívoco que é passar-se diretamente da recusa da

concepção metafísica, autocrática, stalinista, de partido, à negação da necessidade de organização dos revolucionários em partidos. O partido é imprescindível para que uma revolução possa se converter em um novo poder político (a ditadura do proletariado) capaz, por sua vez, de iniciar a transição a uma sociedade sem classes (portanto sem Estado e sem política, sem classes sociais, sem família monogâmica e sem a exploração do ser humano pelo ser humano etc.) A Comuna é a forma política imediata da ditadura do proletariado – e sem partido não se chega à ela.

A questão, portanto, tanto quanto eu consigo enxergar, é quais as tarefas imediatas dos revolucionários e como devemos nos organizar para cumpri-las. Como já discutimos isso em outras oportunidades, segue aqui uma rápida sinopse:

1) A crise internacional e a crise nacional (aqui, marcada por uma divisão profunda entre o estamento político-burocrático e os capitalistas mais diretamente dependentes das encomendas estatais, de um lado e, de outro, o restante das classes dominantes) tendem a se prolongar, não há sinais mesmo de um período de limitada flutuação econômica ascendente no interior da crise estrutural;

2) em nosso país, o descrédito com os instrumentos de dominação tradicionais (da Igreja ao Estado) aliado a uma crise econômica-social sem par, parece condensar os elementos imprescindíveis a uma eclosão social. A presença dos elementos imprescindíveis

não significa, claro está, a inevitabilidade de uma tal eclosão, mas abre possibilidades reais para sua realização;

3) a burguesia, no país e no exterior, intensifica os meios de vigilância e controle, aperfeiçoa a tortura como terror a serviço do controle social e aperfeiçoa, por meios sempre democráticos, os meios jurídicos para tornar mais eficientes a vigilância e o controle;

4) o fundamental da esquerda, com essa evolução da conjuntura, intensifica seu caráter institucional. Os discursos são os mais criativos, mas não menos falsos. Desde que é preciso escolher, entre as opções abertas por eleições ou pela vida parlamentar, sempre a “menos pior”, até aquelas que advogam a possibilidade de empurrar à esquerda as direções da CUT e da Força Sindical pela atuação institucional. O cretinismo parlamentar é um componente ideológico decisivo à concepção de mundo que sustenta ideologicamente o “Partido da Ordem” no momento em que se aguçam as crises (Marx, *O 18 brumário...*).

5) a defesa da revolução proletária (com sua plataforma estratégica – superação do Estado, das classes sociais, da família monogâmica --o patriarcalismo -- e da exploração do homem pelo homem) é uma tarefa que essa esquerda institucionalizada, eleitoreira, é incapaz de realizar.

6) os revolucionários precisam se organizar, nessa conjuntura, para dar conta de duas tarefas imprescindíveis; além de fundamentais, urgentes: potencializar

a propaganda revolucionária (no sentido do Lenin de “O que fazer?”) e se organizar para resistir à vigilância e ao recrudescimento da repressão.

7) essas tarefas colocam como questão central a elaboração teórica voltada à compreensão da crise mundial e da crise nacional. Neste último campo, um estudo que revele a essência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil desde o “Milagre Brasileiro”, as transformações por que passou o proletariado e sua aristocracia, as mudanças que ocorreram no perfil das classes sociais e no aparelho estatal, é da maior urgência;

8) parte importante dessa questão teórica central é a elaboração de material de propaganda (novamente, Lenin) contra o capital e a favor de uma solução comunista à crise presente;

9) organizar as atividades de propaganda, em todos os lugares possíveis, por todos os meios possíveis (livros, jornais, reuniões, palestras, panfletagens etc.) da teoria e das propostas revolucionárias;

10) organizar meios de comunicação e de atuação práticas que dificultem ao máximo a ação da repressão;

11) são as exigências ao redor dessas tarefas que devem moldar a organização imprescindível dos revolucionários ao redor de um programa revolucionário mínimo que recuse toda via institucional ou parlamentar, que expresse a inerente desumanidade do sistema do capital e que exponha as mediações práticas

imprescindíveis à transição à sociedade sem classes (a defesa da Ditadura do Proletariado-Comuna, a defesa do partido, a crítica ao stalinismo e às experiências “socialistas” e assim por diante).

Uma organização mínima, que possa servir de instrumento de defesa da revolução e, também, de meio de autodefesa dos revolucionários frente à repressão, é o passo hoje imprescindível para passarmos a um patamar superior de organização para a possível eclosão social que se desenha no horizonte.